William Lane Craig - Pergunta 482 - Expiação Limitada

- Imprimir

Categoria: William Lane Craig
Publicado: Sexta, 29 Julho 2016 20:05
Acessos: 2208

Pergunta 482

Expiação Limitada

William Lane Craig

Caro Dr. Craig,

Muito obrigado pelo seu ministério e pelo trabalho que você faz para o Reino. Eu realmente aprecio o trabalho que você tem feito. Também estou feliz que você tenha escolhido abordar a expiação, já que eu tive, neste ano letivo passado, certa perplexidade com as questões filosóficas da expiação, particularmente com a Substituição Penal. Na leitura para tentar encontrar algumas respostas, acontece que a maioria do material sobre Substituição Penal é escrita a partir de uma perspectiva reformada, e a minha pergunta é sobre os seus pontos de vista sobre a extensão da expiação. Se a expiação é "definida" ou "limitada", como os calvinistas creem, parece inadequado que Deus nos comanda a oferecer o evangelho de forma indiscriminada, quando a maioria das pessoas não poderia sequer ser salva por Ele. Por outro lado, um dos principais argumentos contra a adoção de uma perspectiva da expiação universal é basicamente que, dada a substituição penal, ela resultaria que o universalismo fosse verdadeiro, ou seria injusto da parte de Deus, porque a pena do pecado de uma pessoa não salva estaria sendo paga por Cristo e pela pessoa, o que configuraria um duplo pagamento. Como você lida com essa objeção? Eu concordo com você que a Bíblia ensina tanto a Substituição Penal como a expiação ilimitada, mas estou lutando para conciliar ambas.

Meus sinceros agradecimentos,

Kolten,

Estados Unidos

Resposta do Dr. Craig:

A questão da extensão da expiação é uma que eu preferiria evitar, visto que ela parece uma questão um tanto secundária acerca da expiação. Quero me concentrar nas questões realmente centrais levantadas pela doutrina da expiação. No entanto, não se pode evitar deparar-se com este problema quando se lê amplamente sobre o assunto da expiação, e sendo assim eu vou compartilhar aqui algumas reflexões preliminares sobre o assunto.

Aparentemente, é incrível pensar que Cristo morreu somente pelos eleitos. Você não poderia ter um repúdio mais claro dessa visão do que 1 João 2:2: "Ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos pecados de todo o mundo." Pensadores reformados são forçados a acrobacias exegéticas para explicar o significado *prima facie* destas declarações da Escritura.

Então, o que no mundo poderia obrigar alguém a reinterpretar tais passagens, a fim de torná-las compatíveis com a visão de que Cristo morreu somente pelos pecados dos eleitos e não pelos pecados de todos os seres humanos? A razão é uma inferência teológica que força alguém a esta exegese artificial. Alguém é forçado a esta posição mediante um argumento teológico que implica a extensão limitada da expiação.

O argumento é este: na cruz, Cristo, mediante sua morte, conquista a nossa redenção real. Pois Ele satisfaz as exigências da justiça retributiva de Deus, que nos havia condenado pelos nossos pecados. As exigências da justiça foram cumpridas, logo já não resta qualquer punição a ser exigida por nossos pecados. Cristo não conquistou para nós apenas uma redenção potencial; ao contrário, na cruz Ele assegurou nossa redenção real. Portanto, se Cristo morreu por todas as pessoas, todas serão salvas, o que sabemos a partir da Escritura ser falso.

Eu acho que você vai concordar que este é um argumento muito poderoso. No entanto, continua a ser uma *inferência*, e se isso leva a uma conclusão que discorda claramente do ensino bíblico, então temos de questionar se esta é uma inferência válida. Ao invés de abraçar o universalismo ou a expiação limitada – ambos os quais parecem claramente antibíblicos – precisamos questionar a validade dessa inferência teológica.

Parece-me que a premissa questionável desse argumento é o pressuposto de que a morte de Cristo alcança a nossa redenção real ao invés de nossa redenção potencial. É verdade que Cristo sofreu o que teria sido o castigo pelos nossos pecados, satisfazendo assim as exigências da justiça de Deus. Mas o pagamento da nossa dívida tem de ser livremente recebido pela fé a fim de realizar a nossa redenção real. É como se Cristo tivesse feito um amplo depósito, suficiente para pagar pelos pecados de qualquer um, e cada um de nós deve então apropriar-se dele, a fim de tornar-se um beneficiário.

De fato, pensadores reformados reconhecem essa verdade na distinção entre redenção *realizada* e *aplicada*. Eles vão dizer que a nossa redenção foi realizada na cruz, mas que ela é aplicada individualmente quando as pessoas são regeneradas e colocam sua fé em Cristo. Esta distinção é vital porque, caso contrário, os eleitos teriam nascido redimidos! Eles nunca seriam pecadores não regenerados, mas seriam justificados e salvos a partir do instante da sua concepção. Mas a Escritura ensina que nós éramos uma vez "filhos da ira, como o resto da humanidade" (Efésios 2.3), e muitos de nós lembramos dos nossos dias pré-cristãos. Mas como esta distinção pode fazer sentido se Cristo obteve nossa redenção real na cruz? Se eu fui verdadeiramente redimido em 30 d. C. (não importa se eu não existia ainda!), como eu posso não ser redimido no momento em que eu existo? A distinção inegável entre redenção realizada e aplicada só faz sentido se dissermos que a morte de Cristo conquista nossa redenção potencial e que esse potencial se realiza na vida das pessoas por meio do arrependimento e da fé.

Não vejo qualquer problema de "duplo pagamento" aqui. Esta é uma convenção do nosso sistema humano de justiça criminal nos Estados Unidos, que não pode ser automaticamente aplicado nas relações de Deus com a humanidade. Em todo caso, não é como se a pessoa impenitente estivesse sendo julgada duas vezes pelo mesmo crime. Há apenas um dia de Juízo Final, e esta é a única vez que uma pessoa é julgada. Se ela tem rejeitado livremente o perdão que Cristo lhe ofereceu, não há mais ninguém para pagar pelos seus crimes.

A visão que eu sugiro não é bíblica? Os sacrifícios do Antigo Testamento não serviriam para nada, a menos que estivessem unidos a um coração contrito e arrependido por parte da pessoa em favor de quem eles foram oferecidos. Da mesma forma, Paulo diz: "porque todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente por sua graça, mediante a redenção *que há em Cristo Jesus*, a quem Deus propôs como propiciação no seu sangue, *mediante a fé*" (Romanos 3:23-25). Aqueles que não estão em Cristo, que não creem, não têm redenção. Isso não é porque Cristo não morreu por eles. Paulo compara Cristo a Adão, comentando, "assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida" (Romanos 5.18). Esta declaração não implica universalismo, uma vez que os benefícios da morte de Cristo vêm apenas para aqueles que têm fé nele. Assim, em Romanos 6, Paulo descreve como os benefícios da morte de Cristo são apropriados individualmente por meio do batismo do crente, que resume o processo de conversão: "Não sabeis que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida" (Romanos 6.3-4). A redenção real ocorre quando um indivíduo se identifica com Cristo através da fé.

Então, eu acho que a inferência teológica feita pelos defensores da expiação limitada e por universalistas é defeituosa, porque se baseia em uma premissa falsa.

Mas suponha que você acredita que Cristo morre somente pelos eleitos. Isso implica que "*a maioria das pessoas não poderia mesmo ser salva*"? Penso que não. Há duas maneiras nas quais a salvação poderia ser universalmente acessível. Em primeiro lugar, se tomarmos a eleição como sendo primariamente corporativa, então cabe a nós desejarmos fazer parte desse grupo corporativo que é o objeto da redenção de Cristo. Cristo morreu somente pelos eleitos, mas qualquer pessoa pode fazer parte dos eleitos pela fé e arrependimento. Ou, em segundo lugar, poderíamos adotar uma perspectiva do conhecimento médio, sustentando que Deus sabia quem iria receber livremente a graça de Deus e ser salvo, e assim Ele enviou Cristo para morrer somente por eles, mas não pelas pessoas que Ele sabia que iriam livremente rejeitá-Lo. Se alguém que permanece impenitente *fosse* colocar sua fé em Cristo, então Deus *teria* incluído este na morte expiatória de Cristo. Assim, a salvação e os benefícios da morte de Cristo estão disponíveis para todos, mesmo que Cristo tenha morrido apenas por alguns, e não por todas as pessoas. Isto igualmente faria sentido diante da insistência reformada de que a morte de Cristo tem poder e valor para salvar a todos. Mais uma vez, vemos o poder surpreendente da doutrina do conhecimento médio para abrir opções inesperadas teologicamente. Via conhecimento médio, poderíamos, se quiséssemos, combinar uma doutrina da expiação limitada com a disponibilidade universal de salvação.

Tradução: Lucas Martins

Revisão: Paulo Cesar Antunes

Fonte: http://www.reasonablefaith.org/limited-atonement